

# Os 10 Anos de MINUSTAH e o CCOPAB

Carlos Alberto de Moraes Cavalcanti<sup>1</sup>

## RESUMO

O artigo apresenta a visão do Centro Conjunto de Operações do Brasil (CCOPAB) sobre os 10 anos da participação brasileira na operação de paz da ONU no Haiti (MINUSTAH). Aborda a evolução da doutrina ONU e as conseqüências para a aplicação dos novos conceitos pela tropa brasileira.

É revelado como o CCOPAB, inicialmente denominado Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz), foi criado e se inseriu no contexto de preparação dos contingentes que seriam empregados na MINUSTAH. E como este processo se consolidou e aperfeiçoou ao longo do tempo.

A MINUSTAH é dividida em fases temporais e resumem-se as características de cada fase, apresentando-se uma perspectiva sobre o futuro da missão. Conclui-se sobre as lições aprendidas e as melhores práticas apresentadas, enfatizando-se os aspectos políticos, militares e estratégicos envolvidos neste cenário.

**Palavras-chave:** MINUSTAH – CCOPAB - Brasil

## 1 INTRODUÇÃO

A Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH) foi criada em 2004, através da Resolução 1542 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Essa atitude foi necessária já que acontecimentos internos no Haiti colocaram em risco a paz e a segurança em âmbito regional. A MINUSTAH contou com a aprovação das autoridades haitianas. A Resolução foi adotada sob o Capítulo VII da Carta da ONU. O Capítulo VII autoriza o uso da força letal para situações além da legítima defesa própria e de terceiros, evidenciando a necessidade de se fazer cumprir o Mandato da ONU e caracterizando uma nova geração de Operações de Paz. Estas são

---

<sup>1</sup> Assessor de Doutrina do CCOPAB. Doutor em Ciência Política (UFF-RJ). Mestre em Relações Internacionais (UnB-Brasília). Doutor em Ciência Política (UFF-RJ). Assessor de Doutrina do CCOPAB.

chamadas de Operações de Paz robustas, que também se caracterizam por seu caráter multidimensional, pois são compostas pelos componentes militar, policial e agências civis de diversas origens atuando de forma integrada. Esta evolução fez-se necessária devido às experiências fracassadas da ONU como nos genocídios de Ruanda, Iugoslávia e Somália. Esta evolução permanece e a missão atual da ONU no Congo (MONUSCO) é um exemplo. Os principais referenciais teóricos para estas mudanças foram os Relatórios Brahimi (2000), Doutrina Capstone (2008) e Relatório *New Horizon* (2009). O Relatório Brahimi atendeu à demanda de mudança causada pelos genocídios já mencionados. A Doutrina Capstone consolidou, doutrinariamente, as conclusões obtidas pelo Relatório Brahimi. E o Relatório *New Horizon* atualizou o Relatório Brahimi, focando de forma mais intensa a questão da proteção de civis. A missão atual da MONUSCO já atua sob esta nova perspectiva. Ou seja, tanto o Mandato como os meios à disposição do general brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz, *Force Commander*, que é o comandante do componente militar da missão, fornecem recursos inéditos para o cumprimento da missão. Incluindo, neste contexto, o uso da força letal.

Antecedendo a MINUSTAH, a ONU desdobrou no Haiti a *Multinational Interin Force* (MIF), no período mar-jun de 2004. Os fatos que contextualizaram esta operação remontam às eleições presidenciais e parlamentares de 2000, quando o presidente Aristide e seu partido reivindicaram a vitória com o comparecimento às urnas de uma parcela de apenas 10% dos eleitores. A oposição e a comunidade internacional contestaram os resultados e acusaram o governo haitiano de manipulação do pleito. A oposição passou a ser reprimida pela Polícia Nacional Haitiana e por grupos armados ilegais. Por volta do final de 2003, um novo movimento uniu a oposição e clamava pela renúncia do presidente. No início de 2004, um conflito armado, protagonizado por ex-integrantes das Forças Armadas Haitianas, foi desencadeado na cidade de Gonaíves e, nos dias seguintes, a rebelião se espalhou para outras cidades. O movimento de oposição armada ameaçou marchar sobre a capital haitiana e, em 29 de fevereiro, o Sr. Aristides saiu do país. O presidente da Suprema Corte, de acordo com os dispositivos constitucionais, foi nomeado presidente interino. Na noite de 29 de fevereiro, o representante permanente do Haiti nas Nações Unidas submeteu o pedido do presidente interino para auxílio internacional, que incluiu a autorização para que tropas militares entrassem no país. Conforme o pedido, o Conselho de Segurança adotou a Resolução 1529 (2004).

Uma força multinacional interina (MIF), integrada por tropas norte-americanas, canadenses, chilenas e francesas, autorizada pela Resolução, iniciou imediatamente seu desdobramento no Haiti. Em 30 de abril de 2004, o CS adotou a Resolução 1542 (2004), criando a MINUSTAH sob o Cap. VII da Carta da ONU.

A estrutura militar inicial da MINUSTAH, a qual a tropa brasileira subordinou-se, era constituída pela denominada "Brigada Haiti". Em 2005, essa estrutura foi reduzida e nossas tropas ficaram compostas por um Batalhão de Infantaria de Força de Paz, em inglês *Brazilian Battalion* (BRABAT), que assimilou em sua organização um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais. Ainda nesse mesmo ano, o contingente é acrescido de uma Companhia de Engenharia de Força de Paz (Cia Eng F Paz), em inglês BRAENGCOY. A Brigada Haiti seria extinta, passando a tropa brasileira a subordinar-se diretamente ao *Force Commander*. Esta redução deveu-se, principalmente, a não materialização da chegada de tropas de outros países que comporiam a Brigada, bem como a necessidade de uma cadeia de comando mais ágil<sup>2</sup>.

O ano de 2005 também testemunhou a criação do Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz)<sup>3</sup>. Essa Organização Militar passou a apoiar a preparação das tropas do Exército que seguiriam para a MINUSTAH e militares que atuariam individualmente em diferentes missões da ONU. Alinhava-se, assim, o preparo desses efetivos com os aspectos preconizados pela doutrina da Organização das Nações Unidas (ONU) para as operações de paz.



Foto: Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil – Vila Militar – Rio de Janeiro (Arquivo CCOPAB)

<sup>2</sup> Entrevista com o Tenente-Coronel Luis Fabiano Mafra Negreiros, Oficial de Operações do primeiro contingente do Batalhão de Infantaria do Exército. CCOPAB, Vila Militar, 05/06/2014.

<sup>3</sup> Portaria do Comandante do Exército Nr 090, de 23 de fevereiro de 2005.

A transformação do CIOpPaz em Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), ocorrida em 2010, possibilitou que as lições antes destinadas principalmente ao Exército fossem vislumbradas como referência no âmbito do Ministério da Defesa e aplicadas tanto para a Marinha do Brasil como para as tropas da Força Aérea. A integração necessária para o emprego no Haiti foi materializada com o CCOPAB, uma vez que as três Forças Singulares passaram a compor esta nova Organização Militar. Além de militares, policiais e civis também passaram a receber adequado treinamento para as operações de paz e desminagem humanitária<sup>4</sup>. A criação do CIOpPaz e sua transformação em CCOPAB foram determinadas pela evolução do cenário no Haiti, principalmente pelo terremoto de 2010. Com o crescente volume de ações requisitadas para o primeiro contingente brasileiro, visualizou-se a necessidade de um Centro de Instrução que coordenasse todo o preparo para as diversas tropas que seriam preparadas para o emprego na MINUSTAH. A divulgação das lições aprendidas e a padronização dos ensinamentos previstos pela ONU já indicavam esta direção. E o terremoto de 2010, com toda a sua complexidade em termos de coordenação de esforços entre as Forças Armadas, acelerou o processo de integração e materializou o CCOPAB com sua vinculação ao Ministério da Defesa. Esta integração demonstrou-se profícua e pôde ser atestada pela fluidez das experiências transmitidas por diferentes instrutores das forças singulares que passaram a compor os quadros da nova organização.

O CCOPAB atualmente possui uma estrutura que procura atender, da melhor forma possível, aos requisitos de preparo para que contingentes de tropa e indivíduos atuem de forma integrada com culturas organizacionais díspares no enfrentamento de complexas situações de crise. Neste sentido, destacam-se em sua composição uma Assessoria Jurídica com intensa participação nos diversos cursos e estágios preparatórios dos contingentes e indivíduos que integrarão as Missões de Paz da ONU em matérias relacionadas à Conduta e Disciplina, Regras de Engajamento, Direito Internacional, Direito Internacional Humanitário, ética militar e outras afins. Uma Divisão de Doutrina para coletar, processar e oferecer com oportunidade conteúdos relevantes de caráter doutrinário que possam ser úteis ao CCOPAB no preparo para as Operações de Paz e Desminagem Humanitária<sup>5</sup> ou no fortalecimento do intercâmbio com os demais Centros congêneres.

<sup>4</sup> Portaria Nr 952 MD, de 15 de junho de 2010.

<sup>5</sup>A Desminagem Humanitária volta-se especificamente para o atendimento da população civil. Neste aspecto, difere da desminagem tradicional, que atua em proveito das unidades militares.

Uma Divisão de Ensino Integrado conduzindo as atividades de ensino voltadas às Operações de Paz e de Desminagem Humanitária, enfatizando sempre o binômio realismo e segurança na reprodução dos desafios multidimensionais a serem enfrentados no terreno. Uma Divisão de Tradutores e Intérpretes com a responsabilidade de maximizar a capacidade de interação do Centro no cenário internacional, apoiando as diversas atividades que necessitem de traduções ou versões para os idiomas inglês, espanhol e francês. Uma Divisão de Avaliação com capacidade para gerenciar os processos de avaliação dos Estágios e Exercícios desenvolvidos no Centro. E uma Divisão de Administração e Logística prestando apoio logístico e administrativo necessário ao planejamento e execução das diversas atividades do Centro. O calendário anual do CCOPAB é elaborado para atender ao preparo dos contingentes militares e componentes das Forças Armadas e Polícias Militares envolvidos nas Operações de Paz. Assim, elaborou-se um Estágio Preparatório para Comandantes de Batalhão e Estado-Maior (EPCOEM) e Estágio Preparatório para Comandantes de Subunidade e Pelotão (EPCOSUPEL). Estes dois Estágios destinam-se ao preparo dos oficiais de Infantaria e Engenharia já designados para exercerem funções específicas em seus respectivos contingentes. Após a conclusão dos Estágios, os oficiais habilitam-se a replicar os conhecimentos adquiridos para suas tropas. Este ciclo de preparo termina com o CCOPAB coordenando um Exercício final denominado Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP), onde toda a tropa é testada. Estágio e Exercício similares são conduzidos no preparo dos nossos elementos da Marinha do Brasil que compõem a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). Estágio Desminagem Humanitária, que visa capacitar Oficiais de Engenharia no desempenho da função de Supervisor Internacional em missões de Desminagem Humanitária. Estágio de Cooperação Civil Militar (CIMIC), onde civis, militares e policiais se capacitam a atuar de forma integrada em ambiente de Operação de Paz. Estágio de Assessor de Imprensa e Jornalistas em área de conflito, onde o público alvo, especialmente, profissionais da mídia escrita e falada, são preparados para executarem suas missões em ambientes hostis. O Centro também está habilitado a conduzir *workshops* sobre temáticas relacionadas às Operações de Paz, incluindo, também, representantes internacionais. Após esta introdução abordaremos especificamente a participação brasileira na MINUSTAH.

## 2 DESENVOLVIMENTO

Pode-se dividir a experiência de nossas tropas na MINUSTAH em 4 fases temporais para fins didáticos e melhor entendimento do período de atuação da tropa brasileira:

a. 1ª Fase (junho de 2004 até o 1º semestre de 2005)

A primeira fase pode ser caracterizada pelo início da participação brasileira na MINUSTAH, em junho de 2004. Participação essa que foi traduzida no desdobramento da Brigada Haiti, integrada por tropas do Comando Militar do Sul (CMS), que abrange os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, materializando o emprego real do *Brazilian Battalion*, com um efetivo aproximado de 1200 militares, naquela missão de paz. O Exército Brasileiro possui outros sete Comandos Militares de Área similares ao CMS. A saber, Comando Militar do Sudeste (CMSE), Comando Militar do Leste (CML), Comando Militar do Oeste (CMO), Comando Militar do Planalto (CMP), Comando Militar da Amazônia (CMA), Comando Militar do Norte (CMN) e Comando Militar do Nordeste (CMNE). As tropas de Fuzileiros Navais estão concentradas, majoritariamente, no Rio de Janeiro.

Evidenciaram-se, neste período, as peculiaridades doutrinárias do trabalho sob a égide das Nações Unidas. O correto entendimento da missão a ser cumprida passou necessariamente pela compreensão do conceito de Operação de Manutenção de Paz Robusta, já referenciadas anteriormente, reforçando a necessidade de se prover à tropa maiores esclarecimentos sobre o tema, principalmente as condicionantes para o uso da força letal. As Regras de Engajamento<sup>6</sup> preconizadas se mostraram diferentes das utilizadas em outras missões de paz que o Brasil participara, a exemplo das missões de Moçambique e Angola, na década de 1990, uma vez que agora as

---

<sup>6</sup> As Regras de Engajamento são Diretivas para os comandantes militares operacionais que resumem quando e como a força pode ser justificadamente utilizada pelas tropas das Nações Unidas. Originam-se do Mandato da Operação de Paz, sendo elaboradas e expedidas pelo Departamento de Operações de Paz (DPKO) da ONU. O *Force Commander* (comandante militar da missão) também elabora diretrizes para o uso da força, podendo restringir sua utilização, mas não torná-la mais abrangente. Para maiores detalhes ver *Core PreDeployment Training Materials (CPTM)*. Disponível em: < [www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/PBPS/Library/CPTM](http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/PBPS/Library/CPTM) >.

ações da tropa estavam regidas pelo Capítulo VII da Carta da ONU, autorizando o uso da força letal para além da defesa própria ou de terceiros. Por exemplo, no desbloqueio de estradas ou defesa de instalações da ONU. Inicialmente, esta mudança ocasionou dúvidas sobre em quais situações o uso da força letal poderia ser empregada. Os primeiros contingentes sofreram os impactos desta transformação, pois o treinamento recebido no Brasil não enfatizava este aspecto<sup>7</sup>

As lições aprendidas foram imediatamente aplicadas pelo então CIOpPAZ no preparo das demais tropas. Assim, a partir do quarto contingente (2005), os estágios direcionados para o comandante de Batalhão e seu Estado-Maior (EPCOEM), para os comandantes de Companhia e Pelotão (EPCOSUPEL) e o Exercício final com toda a tropa, Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP), reforçaram por meio de estudos de caso e práticas controladas, os novos padrões de desempenho exigidos para o cumprimento do Mandato da MINUSTAH<sup>8</sup>. Até o sétimo contingente (2007), a equipe de instrutores do CIOpPAZ se deslocava para a sede da tropa a fim de transmitir os conhecimentos necessários para o emprego no Haiti. A partir do oitavo contingente os estágios EPCOEM e EPCOSUPEL passaram a ser realizados na sede do CIOpPAZ, Vila Militar, Rio de Janeiro. E apenas o EAOP continuou a ser executado nos Comandos Militares de Área já citados, em sistema de rodízio, responsáveis pelos suportes logísticos e operacionais da tropa<sup>9</sup>.

A parte logística também mostrou suas particularidades durante o desdobramento do contingente. A normatização expressa no Memorando de Entendimento (MOU), documento assinado pelo Brasil e a ONU e que especifica o tipo de equipamento, composição das forças e o tipo de apoio prestado às tropas, demonstrou a pertinência de se ter conhecimento específico sobre os sistemas de reembolso e logístico das Nações Unidas. Esta necessidade acabaria por influenciar a criação de um curso de logística e reembolso no CCOPAB.

---

<sup>7</sup> Fato citado pelo General de Exército Augusto Heleno Ribeiro Pereira, 1º *Force Commander* da MINUSTAH, em sua apresentação no Ciclo de Estudos Estratégicos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Praia Vermelha, Rio de Janeiro, 03 jun 14.

<sup>8</sup>Entrevista com o Major Leandro Nery Alves Vargas, integrante da primeira equipe de instrutores do CIOpPAZ. CCOPAB, Vila Militar, 09 jun 14.

<sup>9</sup> Idem.

Dessa forma, conclui-se que na 1ª fase da MINUSTAH o contingente brasileiro cumpriu tarefa precursora naquela missão. Demonstrou a capacidade do Brasil em apoiar uma nação amiga em momentos de dificuldades, mas evidenciou a necessidade de conhecimento aprofundado sobre as peculiaridades do emprego de tropa sob a égide do Capítulo VII da Carta da ONU.

b. 2ª Fase (2º semestre de 2005 até o 1º semestre de 2007)

A segunda fase engloba o período em que as tropas brasileiras executaram, em sua plenitude, as atividades militares autorizadas pelo Mandato da MINUSTAH sob o capítulo VII, já citadas anteriormente. E a força letal foi empregada seguindo as Regras de Engajamento previstas. Neste período destaca-se a presença do General Santos Cruz como *Force Commander*. Sua atuação foi reconhecida pela ONU, o que pode ser comprovado pela sua indicação para o atual posto de comandante militar da operação de paz do Congo. Essa postura contribuiu para a obtenção do ambiente seguro estável.



Foto: Tropa brasileira no Haiti (Arquivo CCOPAB)



A Companhia de Engenharia de Força de Paz Haiti, composta aproximadamente por 250 militares, foi desdobrada no ano de 2005. O seu preparo foi realizado pelo Departamento de Engenharia de construção do Exército Brasileiro. Essa Subunidade<sup>10</sup> realizou principalmente ações que visavam dar maior mobilidade às tropas, destacando-se as ações de desobstrução de vias e a pavimentação de vias de acesso de interesse para o cumprimento da missão. Recebeu a atribuição de apoiar o Componente militar da MINUSTAH como um todo, ou seja, sua área de responsabilidade era todo o Haiti, evidenciando as particularidades técnicas de seu emprego, uma vez que os Batalhões de Infantaria atuam em uma frente menor. As diferentes missões atribuídas ao Batalhão de Infantaria e à Companhia de Engenharia se refletiram nos seus respectivos preparos para o emprego no Haiti. E o CIOpPAZ/CCOPAB precisou se adaptar a esta realidade, constituindo grupos de instrutores para atender as peculiaridades requeridas de cada missão.



Foto: Perfuração de poço pela Companhia de Engenharia no Haiti (Arquivo CCOPAB)

<sup>10</sup> Em termos militares uma Companhia é denominada Subunidade, um Batalhão é Unidade e uma Brigada, composta basicamente por 3 Batalhões, é a Grande Unidade. E suas capacidades operacionais em termos de áreas de responsabilidade são, respectivamente, 1.800m, 3.600m e 5.400m. Para maiores detalhes ver Dados Médios de Planejamento (DAMEPLAN) do Manual de Batalhão de Infantaria (C7-20), Estado-Maior do Exército.

O grande desafio desse período foi realizar a desarticulação das gangues armadas que atuavam na Área de Operações do Batalhão de Infantaria de Força de Paz. Essa tarefa se mostrou fundamental para que os componentes Policial e Civil pudessem incrementar suas ações em Porto Príncipe. A Polícia Nacional Haitiana não dispunha de recursos humanos e materiais para este enfrentamento. Assim, o componente militar da MINUSTAH foi acionado.

Para tanto, utilizou-se plenamente o conceito do Uso da Força para o cumprimento do Mandato. Ou seja, a força letal foi empregada contra as gangs. A conduta da tropa esteve totalmente alinhada com o preconizado pelas Regras de Engajamento e pelo *Stand Of Force Agreement* (SOFA)<sup>11</sup>, alinhando a necessidade militar com os objetivos preconizados pelas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Outros documentos que balizam esta conduta são a própria Resolução do Conselho de Segurança, criando a Operação de Paz, o Mandato da missão, que especificará as tarefas que devem ser desempenhadas, Diretrizes Gerais do *Force Commander*, as Regras de Engajamento, que detalharão no nível tático os limites do Uso da Força e Procedimentos Operacionais Padrão, sigla em inglês (SOP)<sup>12</sup>.

Dentre as técnicas, táticas e procedimentos utilizados, destacou-se o emprego de Checkpoints, Operações de Busca e Apreensão (OBA), Operações de Cerco e Vasculhamento, além da utilização do conceito de "Ponto Forte"<sup>13</sup>, devidamente adaptado para a realidade de Porto Príncipe. Também houve o início do emprego de militares especializados, cumprindo tarefas específicas, nos intitulados Destacamento de Operações de Paz (DOPaz) e Destacamento de Operações Psicológicas (DOP). A Operação "Punho de Aço"<sup>14</sup>, realizada em 2005, e as Operações "Blue House"

---

<sup>11</sup> O SOFA é um acordo assinado entre a ONU e o país que recebe a Operação de Paz. Nele é especificado o que o componente militar da missão tem autorização para fazer.

<sup>12</sup> Ver Glossário em anexo.

<sup>13</sup> Idem.

<sup>14</sup> A Operação Punho de Aço, realizada em 06/07/2005, tinha por finalidade neutralizar o líder de gangue em Cité Soleil Emmanuel Terror Wilme. Nesta operação Wilme e seis membros de gangue morreram. A operação marcou uma mudança tática das forças de paz da ONU, onde a força letal começou a ser usada para a execução do Mandato da missão. Neste período o *Force Commander* da MINUSTAH era o General Heleno Ribeiro. Fonte: jornal Estado de São Paulo, 16/08/2005, Internacional, p. A15.

e “Jauru Sudamericano”<sup>15</sup>, em 2007, foram três grandes ações realizadas, demonstrando todo o escopo de atividades militares utilizados no cumprimento do mandato da MINUSTAH. Nestas operações foram aplicadas as técnicas, táticas e procedimentos citados anteriormente.

Nessa segunda fase, o BRABAT foi empregado com a definição de uma Área Operacional de Responsabilidade específica. A Unidade recebeu a região onde se localizava o Centro do poder político do Haiti, bairro de *Bel Air*, que contava com as sedes do governo e do parlamento daquele país, além da área de *Cité Soleil* que é considerada a porção mais carente daquela Capital.

Acompanhando toda essa efervescência, o Centro de Instrução de Operações de Paz foi criado em 2005. Inicialmente, seu núcleo foi composto por oficiais integrantes do 3º contingente, propiciando que a experiência colhida no terreno fosse repassada aos novos integrantes daquela missão<sup>16</sup>.

O Conteúdo disponibilizado também foi atualizado. Foram adotados os *Standardized Generic Training Module* fornecidos pelo DPKO<sup>17</sup> da ONU. Essa atitude forneceu aos integrantes do Batalhão o conhecimento preconizado por aquele órgão, alinhando o treinamento dado no Brasil com o estipulado pelas Nações Unidas.

O desenvolvimento da instrução de tiro também foi aprimorado com a experiência haitiana. O CIOpPaz criou e divulgou, autorizado pelo escalão superior, os módulos de tiro de ação reflexa, atualizando técnicas e padronizando conhecimentos relativos ao emprego da arma de fogo em ambiente de combate urbano. Este procedimento do então CIOpPaz contribuiu para que as técnicas de combate em localidade fossem adaptadas, levando-se em consideração as Regras de Engajamento. Estas Regras demandam o uso gradual da força letal e torna-se necessário que a sua eficiente aplicação esteja diretamente relacionada com o nível de adestramento que o militar possui para atingir um alvo em pontos não vitais ou vitais, dependendo do nível de ameaça.

---

<sup>15</sup> As Operações “*Blue House*” (24/01/07) e “Jauru Sudamericano” (09/02/07), tinham a finalidade de consolidar a ocupação militar de Cité Militaire, dominando o ponto estratégico chamado “Casa Azul”. A importância deste ponto caracterizaria a pacificação de Cité Militaire, além de dominar a Rodovia Nacional 1, via de acesso à cidade de Cité Soleil. As operações foram bem sucedidas e o *Force Commander* de então era o General Santos Cruz. Fonte: Entrevista do General Santos Cruz ao correspondente da DefesaNet, Kaiser Konrad, em set 07, no Haiti.

<sup>16</sup> Ver introdução do artigo.

<sup>17</sup> Department of Peacekeeping Operations.

A partir de 2006, o Batalhão passou a realizar o Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP), com a utilização de militares com experiência no Haiti exercendo a função de Observador, Controlador e Avaliador (OCA). Essa atividade passou a ser a última da fase de treinamento dos contingentes. A dimensão deste Exercício é singular, pois é praticado na cidade sede de preparo do Batalhão de Infantaria ou Companhia de Engenharia, em ambiente urbano real. E tem por objetivo avaliar o preparo, o adestramento e a eficiência operacional de toda a tropa. Acadêmicos de diversos segmentos, órgãos públicos e profissionais de imprensa inseridos no contexto do treinamento apoiam a este Exercício. São criadas situações semelhantes às que a tropa poderá encontrar no Haiti e seus diversos escalões devem reagir para cumprir a missão determinada pelo escalão superior.

Dessa forma, conclui-se que na 2ª fase da MINUSTAH o papel relevante executado pelo contingente brasileiro passou a influenciar o preparo para a missão. A adoção de uma postura mais pró-ativa, respaldada pelas Regras de Engajamento, a realização de Grandes Operações e o início do trabalho conjunto com o componente policial foram assimilados e repassados pelo CIOpPaz para os contingentes subsequentes, garantindo, assim, a eficiência do treinamento em função das tarefas a serem cumpridas no momento do emprego em solo haitiano.

c. 3ª Fase (2º semestre de 2007 até 12 de Janeiro de 2010)

A terceira fase nos remete a um período em que a interação entre os componentes Militar, Policial e Civil ganhou papel de destaque na MINUSTAH, coerentemente com a doutrina preconizada para esse tipo de Missão<sup>18</sup>. O treinamento fornecido pelo CIOpPaz acompanhou essa evolução e novos atores foram convidados a fim de colaborar com o treinamento das tropas<sup>19</sup>, permitindo o conhecimento prévio das peculiaridades de algumas ONG, do trabalho com o pessoal civil da ONU e com policiais da área de missão, dentre outros.

---

<sup>18</sup> O caráter multidimensional e o nível de integração dos agentes envolvidos são as características marcantes e já citadas anteriormente.

<sup>19</sup> Representantes de ONG(s) que realizam trabalhos no Haiti foram convidados para que apresentassem palestras em diferentes Estágios no Centro. O Estágio sobre Coordenação Civil-Militar (CIMIC) em Operações de Paz, por exemplo. O objetivo era familiarizar os militares que seriam empregados no Haiti com o *modus operandi* de diferentes agências civis. A ONG Viva Rio foi uma delas. Policiais que foram empregados no Haiti passaram a participar como instrutores dos diferentes Estágios e Exercícios da fase de preparo das tropas.

O Centro também iniciou seu apoio ao preparo da Companhia de Engenharia de Força de Paz Haiti. Assim, o Centro pode dar suporte de treinamento no tocante à Doutrina ONU e às técnicas utilizadas pelas tropas de infantaria para os engenheiros, contribuindo na ambientação desses militares para as tarefas que desempenhariam no Haiti.

Nesse período, o componente policial passou a ser o primeiro agente na resolução dos incidentes ocorridos na área da missão. Esta decisão refletiu-se no preparo dos contingentes, na medida em que o Centro precisou adaptar as novas instruções às Regras de Engajamento, controle de distúrbios civis e a ênfase em armamento e munições menos letais. Assim, os Checkpoints, as Operações de Busca e Apreensão (OBA) e as Operações de Cerco e Vasculhamento passaram a ser realizadas em coordenação com o componente policial da MINUSTAH e a Polícia Nacional do Haiti, alinhando, mais uma vez, as matérias abordadas pelo Centro com a realidade vivenciada em Porto Príncipe.

Nessa fase, o Centro iniciou a realização de estágios centralizados em sua sede, na Vila Militar, Deodoro. Implantou-se o Estágio para comandante de OM e Estado-Maior (EPCOEM), o Estágio para Comandantes de Subunidade e Pelotão (EPCOSUPEL) e o estágio de Cooperação Civil-Militar (CIMIC), fornecendo melhores condições de treinamento e consolidando o conceito de treinar os treinadores, isto é, os comandantes nos mais diversos escalões. Estes comandantes passaram a replicar os conhecimentos adquiridos para os seus comandados, que estão descentralizados em pólos de instrução em diferentes sedes.

A experiência angariada até então forneceu subsídios para a elaboração de Notas de Instrução e do Programa-Padrão experimental de Força de Paz (PP Batalhão de Infantaria de Força de Paz). Este PP encontra-se em fase de revisão e vem sendo atualizado pela Divisão de Doutrina do CCOPAB. Esses materiais passaram a auxiliar os contingentes no preparo de suas tropas, fornecendo subsídio de conhecimento sobre a missão e orientando o planejamento das sessões de instrução a serem ministradas para seus efetivos.

Fruto do trabalho realizado, em 2009, o DPKO certificou o Exercício Avançado de Operações de Paz (EAOP) aplicado pelo Centro no preparo do BRABAT e da BRAENGCOPY. Esta certificação foi decorrente de uma solicitação feita pelo Centro e apresentada pela Missão Permanente do Brasil na ONU. Assim, uma equipe do DPKO em Nova York deslocou-se até o Rio de Janeiro e assistiu ao EAOP que se realizava na região de Paracambi. Diante da magnitude do Exercício e dos resultados atingidos pela tropa a certificação foi efetivada.

Dessa maneira, conclui-se que a 3ª fase da MINUSTAH evidenciou grande evolução do trabalho conjunto entre os componentes policial, civil e militar. O treinamento disponibilizado pelo CIOpPaz acompanhou este desenvolvimento pelo menos de três maneiras distintas: centralizando a realização dos estágios em sua sede; fornecendo novos materiais didáticos e obtendo o reconhecimento do DPKO para o EAOP.

d. 4ª Fase (de 12 de Janeiro de 2010 – até os dias atuais)

As atividades realizadas em resposta à ocorrência de um terremoto nas proximidades de porto Príncipe, com 7,2 graus na escala Richter<sup>20</sup>, no dia 12 de janeiro de 2010, inaugurou a 4ª Fase da atual missão da ONU no Haiti.

O terremoto impactou diretamente o comando da MINUSTAH. O quartel general da Missão foi destruído. Vários integrantes do *staff* da missão e do contingente brasileiro foram mortos. Esse fato diminuiu a capacidade de comando e controle no nível estratégico da missão, evidenciando a necessidade de desdobramento de novos efetivos para a manutenção da operacionalidade da Missão de paz e apoio ao governo haitiano.



Foto: QG da ONU destruído em Porto Príncipe (Arquivo CCOPAB)

<sup>20</sup> Estima-se que aproximadamente 250 mil pessoas pereceram neste terremoto, 1,5 milhão ficaram desabrigadas e 600 mil foram deslocadas. Fonte: palestra General Floriano Peixoto, Force Commander no período do terremoto e Gen Keen, Comandante das tropas dos EUA. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsAO), Vila Militar, Rio de Janeiro, 30/09/2010.

Como resposta o governo Brasileiro enviou para aquele país: um destacamento de bombeiros militares especializados em resgates, mais um Batalhão de Infantaria de Força de Paz, além de reforços para a Cia Eng F Paz e Destacamento Operativo de Fuzileiros Navais. Naquela oportunidade, o CIOpPaz foi encarregado de fornecer um Estágio Emergencial para os oficiais integrantes do novo Batalhão e reforços da Engenharia, ambientando esses militares para as tarefas que desempenhariam no Haiti.

Nesse período, houve grande necessidade de trabalho interagências. A ONU precisou encontrar soluções práticas para coordenar o trabalho de diversos atores que chegaram para prestar ajuda humanitária. Em um primeiro momento somente a estrutura militar, baseada principalmente em *containers* e menos vulnerável aos efeitos do terremoto, havia mantido sua capacidade de comando e controle. O Quartel-General da ONU, mais precisamente o seu braço civil, foi totalmente destruído e o Representante do Secretário Geral (SRSG) e seu *Deputy* (substituto) haviam perecido. Desta forma, o *Force Commander*, General Floriano Peixoto, assumiria interinamente o comando da missão na fase inicial do processo de ajuda humanitária até a chegada do novo SRSG, Mr. Edmond Mulet. A ele logo se juntaria o Comandante das Forças dos EUA, General Keen. De acordo com os dois generais, o enfrentamento da crise, sob a ótica militar, apresentou 3 fases com os seguintes objetivos<sup>21</sup>:

---

<sup>21</sup> Palestra do General Floriano Peixoto, Force Commander no período do terremoto e Gen Keen, Comandante das tropas dos EUA. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército (EsA0), Vila Militar, Rio de Janeiro, 30/09/2010.

Fase 1- Resposta à crise (Jan – Abr10)

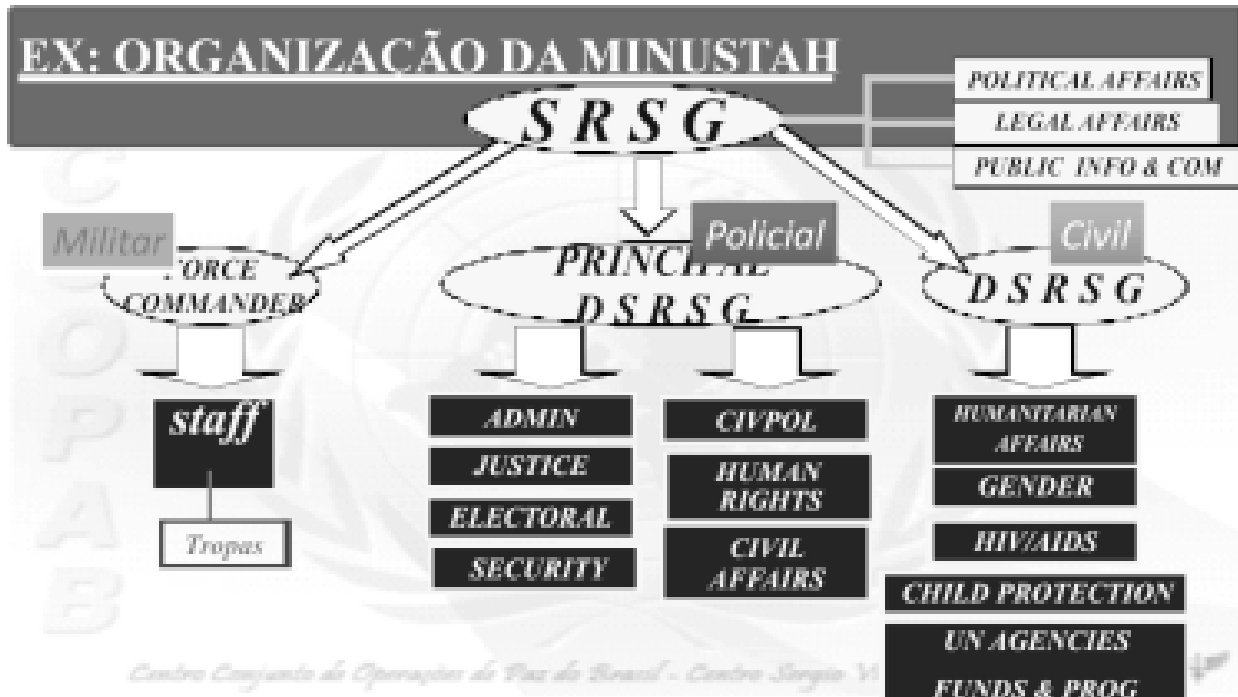
- Apoiar e conduzir operações emergenciais;
- Garantir segurança e ordem pública; e
- Reassunção da capacidade da Missão.



Quadro 1- Fonte: palestra Gen Floriano Peixoto e Gen Keen (ver Glossário)

O quadro acima apresenta a estrutura que foi adotada pela MINUSTAH para o enfrentamento da situação de crise imediatamente após o terremoto. Para concluirmos sobre as principais lições aprendidas com o terremoto é necessária uma comparação com a estrutura tradicional da MINUSTAH.





Quadro 2- Fonte: Estado-Maior do Force Commander da MINUSTAH

Percebe-se no quadro 1 uma concentração de atividades na estrutura denominada *Joint Operation Task Center (JOTC)*. Originalmente, o *Joint Operation Center (JOC)* é uma estrutura conjunta que coordena as operações de forma geral e que compõe, juntamente com o *Joint Logistic Operation Center (JLOC)*, coordenador logístico, e o *Joint Military Analysis Center (JMAC)*, coordenador de informações, uma espécie de Estado-Maior diretamente ligado ao Representante Especial do Secretário Geral. Estas estruturas, todas conjuntas, ou seja, compostas por representantes civis e militares de diversos matizes, possuem a missão de assessorar de forma integrada a maior autoridade da operação de paz. Não estão subordinadas a nenhum dos três braços, militar, policial ou civil, representados no quadro 2. Com o colapso da cadeia de comando prevista na organização do quadro 2 o comandante militar, como já mencionado, assumiu a coordenação de toda ajuda humanitária que chegava ao Haiti e utilizou a estrutura JOC existente, transformando-a no centro de coordenação integrada e com uma nova denominação, *Joint Operation Task Center*. Tudo passava pelo JOTC e o processo decisório ganhou a agilidade que o momento requeria.

Outro fato que merece destaque como lição aprendida, em termos de ajuda humanitária, foi o importante papel que o *UN Country Team* deve desempenhar em momentos críticos de desastres naturais. O que é esta estrutura? A ONU estabelece suas agências de ajuda humanitária em países fragilizados. Estas agências atuam independentemente da existência de uma operação de paz. Quando uma operação de paz se estabelece, existe o coordenador de ajuda humanitária para a missão, *Office for the Coordination of Humanitarian Affairs* (OCHA). No quadro 2, é o braço civil da MINUSTAH. Percebe-se, assim, uma superposição de esforços, que pode se agravar em caso de catástrofes de grande envergadura e que precisem de uma coordenação integrada. E foi exatamente o que ocorreu no Haiti. Normalmente, o *UN Country Team* já se encontra no país há mais tempo e conhece melhor o ambiente operacional. A lição aprendida com o Haiti foi que esta estrutura deve ser valorizada<sup>22</sup>.

#### Fase 2- Recuperação (Mai – Dez 10)

- As mesmas anteriores, acrescida do Apoio ao processo eleitoral.

#### Fase 3- Normatização (Jan – Dez 11)

- Apoiar e conduzir ações de recuperação;
- Garantir segurança. Imposição da Lei e Direitos Humanos;
- Fortalecer a capacidade do Estado; e
- Apoiar o processo eleitoral.

---

<sup>22</sup> Esta conclusão não foi apresentada pelos generais durante suas palestras. No entanto, já foi mencionada em diferentes *fóruns*, como, por exemplo, pelo Professor Dr. Antonio Jorge Ramalho, Diretor do Instituto Pandiá Calógeras, do MD, durante evento comemorativo dos 10 anos da MINUSTAH. Núcleo de Pesquisa de Relações Internacionais (NUPRI), USP, São Paulo, 28/05/14.

E como consequências estratégicas pós-terremoto, os mesmos gerais destacaram:

- O Haiti continuará a ressentir-se no futuro da capacidade política, social e econômica para lidar, unilateralmente, com as consequências do terremoto;
- A situação política continuará frágil;
- A polarização entre a elite minoritária e a maioria miserável deverá aprofundar-se;
- Coletivamente, esses fatores poderão afetar a segurança do país, principalmente, em Porto Príncipe e em áreas de elevada concentração de pessoas;
- O papel da contribuição internacional para a reconstrução do país continuará sendo essencial;
- A elevada probabilidade de ocorrências de chuvas tropicais, furacões e a possibilidade de outro(s) terremotos(s) requerem especial atenção na provisão de apoio imediato e integrado por parte da MINUSTAH e seus parceiros; e
- A ajuda do Brasil continuará sendo fundamental, tanto para levar benefícios concretos ao Haiti, quanto para incentivar e liderar outros países nas ações de reconstrução do Estado Haitiano.

Na fase atual da MINUSTAH já se visualiza uma estratégia de saída da ONU do Haiti. Indicadores como a diminuição gradual dos efetivos militares, que está sendo implementada, e a atuação da Polícia Nacional Haitiana como primeiro elemento de segurança do país, já estabelecida por Diretriz do *Force Commander*, apontam neste sentido. Cinco principais linhas de ação estão sendo analisadas pela ONU para execução no período jul 2015/jul 2016<sup>23</sup>:

- (1) Fim do mandato da MINUSTAH e designação de um enviado especial da ONU para o Haiti;
- (2) Fim do mandato da MINUSTAH para estabelecer uma Missão Política Especial com capacidade de desenvolvimento da Polícia Nacional do Haiti (PNH);
- (3) Fim do mandato da MINUSTAH para estabelecer uma nova missão de paz com uma presença reduzida (sem força militar) e um papel político mais amplo;

---

<sup>23</sup> Fonte: relatório final de missão de componentes do Estado-Maior do Force Commander da MINUSTAH. CCOPAB, Vila Militar, RJ, 03/06/2014.

(4) Fim do mandato da MINUSTAH para estabelecer uma nova missão de paz com uma presença reduzida de força militar (reserva estratégica) e um papel político mais amplo; e

(5) Continuação da MINUSTAH com uma mudança no mandato, refletindo numa redução além dos objetivos do processo de consolidação em curso.

Dessa maneira, conclui-se que a 4ª fase da MINUSTAH mostrou a necessidade da cooperação civil militar para atenuar os efeitos de uma grande catástrofe natural. No caso específico do Brasil, serviu também para evidenciar aspectos logísticos necessários ao rápido desdobramento de tropas. Nesse contexto, o treinamento disponibilizado pelo CCOPAB ganhou novos contornos, abordando atividades que vão desde ações estritamente militares até tarefas de natureza conjunta de suporte à ajuda Humanitária. E já se planeja uma estratégia para a diminuição da presença da ONU do Haiti. A decisão sobre a melhor forma de se realizar esta operação ainda não foi tomada, mas as linhas de ação logo serão concluídas e nenhuma delas, pelos dados primários disponíveis até o momento, sinaliza para uma completa ausência de representantes das Nações Unidas no país.

### **3 CONCLUSÃO**

A participação de tropas militares brasileiras na MINUSTAH gerou uma evolução no processo de treinamento das mesmas. A criação do então CIOpPaz em 2005 foi uma consequência direta da necessidade do aperfeiçoamento do preparo para o emprego em operações de paz, agora sob a égide do Capítulo VII da Carta da ONU. As novas características do Mandato da missão, reforçando a necessidade do uso gradual da força até a força letal para fazer cumprir o mandato, bem como o caráter multidimensional da mesma, demandava uma nova metodologia que foi sendo desenvolvida e aplicada no Centro. E esta evolução possui aspectos táticos, operacionais e político-estratégicos.

Em termos táticos, podemos destacar a preparação dos contingentes e militares designados para missões individuais em operações de paz. A existência de um Centro vocacionado para esta preparação possibilitou a compilação e aplicação da doutrina ONU

para operações de paz, além da assimilação e divulgação das lições aprendidas por diferentes contingentes. No caso específico da MINUSTAH, foi possível perceber o impacto destas lições no desempenho da tropa que participou das operações de pacificação em Cité Soleil e Cité Militaire, por exemplo. Da mesma forma nos contingentes que seguiram para o Haiti depois do terremoto. Todas estas novas variáveis foram sendo incorporadas aos estágios que iam sendo criados de acordo com as demandas, como o Estágio para Comandantes de Batalhão e oficiais de Estado-Maior e Estágio para Comandantes de Subunidade e Pelotão, além do coroamento do treinamento da tropa com um Exercício Avançado de Operações de Paz, cujo padrão de excelência foi certificado pelo Departamento de Operações de Paz da ONU (DPKO). E para que este padrão de excelência seja mantido torna-se necessário uma constante avaliação dos resultados obtidos, com desdobramentos doutrinários e de ensino. Neste sentido as Divisões de Doutrina, Ensino Integrado e a recém-criada Divisão de Avaliação do CCOPAB, devem manter-se atualizadas e em constante integração com outros Centros de Operações de Paz reconhecidos internacionalmente.

O aspecto operacional da evolução deste Centro, que originalmente pertencia a uma força singular, o Exército Brasileiro, poderia ser caracterizado pela sua transformação em Centro Conjunto de Operações de Paz ocorrida em 2010. Apesar da influência direta do terremoto na decisão adotada, as características multidimensionais da última geração de operações de paz, que apontam para a necessidade de maior integração entre todos os agentes da missão, já demandavam esta transformação. Ou seja, a integração é desejável não só dos militares para com os policiais e civis, e *vice-versa*, mas, também, entre os próprios militares. Este fenômeno não deixa de ser cultural, na medida em que as organizações tendem a reagir contra a integração, que poderá significar a perda de um *status quo* adquirido ao longo de um processo histórico<sup>24</sup>. Indicadores sobre o papel do CCOPAB na crescente integração entre as Forças Armadas em operações de paz podem ser percebidos no próprio quadro organizacional do Centro, composto por oficiais e praças das três forças singulares. Esta composição induz a uma troca natural de

---

<sup>24</sup> Para maiores detalhes sobre os aspectos da cultura organizacional do Exército Brasileiro ver Campos (2013).

experiências profissionais adquiridas ao longo de suas carreiras em geral e, em particular, nas operações de paz. O papel desempenhado pelo CCOPAB na preparação do contingente da Marinha do Brasil que participa da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) é outro indicador desta integração. Como também o é a participação de oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais e da Força Aérea Brasileira nos diferentes Estágios e Exercícios aplicados no Centro. A integração alcançou organizações distintas das Forças Armadas, uma vez que policiais militares e agências civis se fazem representar nos quadros de instrutores do CCOPAB.

O aspecto político-estratégico da participação do CCOPAB poderia ser caracterizado pela visualização das operações de manutenção da paz como instrumento da política externa do Brasil. E na medida em que o desempenho bem sucedido de nossas tropas no Haiti encontra o reconhecimento internacional, o Centro, que possui uma contribuição considerável neste processo, tende a projetar-se da mesma forma. Neste sentido podemos citar artigo do Ministro Norberto Moretti, Ex-Chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional do Itamaraty:

“[...] A participação brasileira em Operações de Manutenção de Paz justifica-se também por razões político-diplomáticas. A primeira delas é que a contribuição do Brasil a missões de paz demonstra, de modo prático, a disposição e a capacidade de assumir nossa parcela de responsabilidade pela manutenção da paz e segurança internacionais. Isso é fundamental para firmar e ampliar nossa posição de ator influente no cenário mundial”<sup>25</sup>

Esta colocação do Ministro Moretti nos remete a um cenário que pode extrapolar o nosso entorno regional e a participação da Marinha do Brasil na UNIFIL, Líbano, é um indicador presente. Com relação a nossa participação no Haiti, o Ministro Moretti destaca no mesmo artigo:

---

<sup>25</sup> MORETTI, Norberto. *As Operações de Manutenção da Paz como Instrumento da Política Externa do Brasil*. In: Revista Integração. Revista Informativa, nº1, Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, Vila Militar, Rio de Janeiro: Agência 2ª Comunicação, 2013, p 27.

“[...] Outro importante fundamento diplomático de nossa participação em Operações de Manutenção da Paz é o firme compromisso com a segurança, a estabilidade política e o desenvolvimento socioeconômico de nossa região. A solidariedade regional impele-nos a dar contribuição efetiva e significativa a missões de paz em nosso entorno geográfico. Nesse sentido, é emblemática nossa presença na Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti (MINUSTAH)”.<sup>26</sup>

Percebe-se nesta passagem a importância que a nossa diplomacia aporta para a presença brasileira no Haiti, e sendo o Brasil o maior contribuinte de tropas, além de indicar permanentemente o *Force Commander* da missão, é natural que a projeção militar brasileira e do CCOPAB se destaquem em *fóruns* e organismos internacionais.

Já se percebe que a MINUSTAH encontra-se em fase de conclusão/modificação de seu Mandato, faltando apenas a decisão de como será implementada. O seu legado político, militar e porque não, psicossocial, pode ser atestado ao longo deste artigo. E a criação de um Centro de Operações de Paz no Brasil, que já alcançou o reconhecimento internacional em tão pouco tempo de existência, destaca-se neste conjunto. Espera-se que o encerramento da MINUSTAH não signifique um retrocesso em nossa preparação constante para emprego em futuras operações de paz. E o CCOPAB, comprovando a necessidade de constante avaliação, deverá ser capaz de apontar alternativas que justifiquem a manutenção do seu elevado padrão de desempenho.

---

<sup>26</sup> Idem.

## **BIBLIOGRAFIA**

CAMPOS, Marcio Teixeira de. *A Guerra das Falklands/Malvinas e suas Repercussões no Exército Brasileiro*. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, 2012.

MAIDANA, Javier Rodrigo. *Operações de Paz das Nações Unidas: Atuação Eficaz ou Falácia? Reflexões Acerca de sua Institucionalização*. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

Handbook on United Nations Multidimensional Peacekeeping Operations. New York: United Nation, 2003.

Manual de Operações de Paz dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais - CGCFN – 1-8.

Manual de Operações de Paz do Ministério da Defesa – MD34-M-02.

IP 85-1 – Operações de Garantia da Lei e da Ordem.



## GLOSSÁRIO

- Checkpoint: também conhecido como Posto de Controle (PCt), pode ser estático (PCE) ou móvel (PCM). "Um PCt é um local guarnecido para permitir o controle do movimento e a inspeção de viaturas e pedestres, visando à imposição de medidas restritivas, ordens e determinações ou mostrar a presença da Operação de Paz às partes em conflito". (Manual de Operações de Paz dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais - CGCFN – 1-8)

- Operações de Busca e Apreensão: "as operações de busca e apreensão destinam-se a aprisionar membros da Força Adversa e apreender seu material, armamento, munição e outros materiais de posse não permitida à população e restringir a liberdade de ação da Força Adversa". (IP 85-1 – Operações de Garantia da Lei e da Ordem). Esta IP 85-1 deu origem ao Manual C 85-1.

- Operação de Cerco: "o cerco é a técnica que oferece as melhores possibilidades de resultados decisivos, mas é de difícil planejamento e condução e exige grande superioridade de meios. O planejamento, a preparação e a execução de um cerco visam realizar uma ação rápida e completa, que surpreenda os agentes armados da Força Adversa. No planejamento devem-se privilegiar as ações que proporcionem o máximo de segurança e surpresa". (IP 85-1)

- Operação de Vasculhamento: "o vasculhamento de áreas visa obter conhecimentos sobre a Força Adversa, restringir sua liberdade de movimentos e isolá-la de seus apoios junto à população e aprisionar pessoal e apreender material da Força Adversa. Pode ser realizado em ambiente rural ou urbano e distingue-se das ações de busca e apreensão pelos objetivos e pelo conhecimento que se tem do alvo. A Operação de busca e apreensão tem objetivo bem definidos e é mais direcionada, enquanto o vasculhamento tem objetivos mais gerais e é mais exploratório" (IP 85-1).

- Ponto Forte (PF): "um PF (*Strong Point*) é uma instalação normalmente situada em uma área sob controle de força adversa e com uma limitada capacidade de aquartelamento, que permite à tropa demonstrar ação de presença e exercer o controle sobre determinada área. A partir de um PF, a tropa poderá lançar patrulhas a pé ou motorizadas de modo a aumentar a ação de presença na região. Deverão ser estabelecidas, dentro da disponibilidade de pessoal e material, as medidas de segurança periféricas

e internas observadas para os aquartelamentos” (Manual de Operações de Paz dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais - CGCFN – 1-8).

- Procedimentos Operacionais Padrão (*Standard Operating Procedures*): “Publicação elaborada pelo Departamento de Operações de Paz da ONU (DPKO) para cada uma das Operações de Paz e distribuída aos países contribuintes. Tem por finalidade padronizar, na área da missão de paz, os procedimentos operacionais, logísticos, administrativos e de comunicações. Além disso, apresenta as regras para o funcionamento de todos os setores da missão”. (Manual de Operações de Paz do Ministério da Defesa – MD34-M-02)

- *Force Commander* (FC)

- U3 – Oficial de Operações do Estado-Maior do Force Commander

- Ch EM – Chefe do Estado-Maior do FC

- RESG – Representante Especial do Secretário Geral

- PSRESG – Substituto do RESG

- Pol ONU – Polícia da ONU

- OCHA – Coordenador de ajuda humanitária

- Cluster – Estruturas criadas para selecionar e acondicionar, por tipo, toda a ajuda humanitária que chegou ao Haiti.